

PARECER JURÍDICO Nº003/2016

Itaúna do Sul/PR 15 de fevereiro de 2016

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO ANTEPROJETO DE LEI
002/2016

Senhor Presidente,

Vossa Excelência solicitou a presente consulta a cerca da constitucionalidade e legalidade do presente anteprojeto de lei a revisão geral anual da remuneração dos cargos efetivos, em comissão e dos agentes políticos do Poder Legislativo de Itaúna do Sul - PR.

É o relatório, passo ao parecer estritamente jurídico.

I PARECER

Segundo o disposto no artigo 37, X da Constituição Federal é assegurada a revisão geral anual da remuneração do servidor público e do subsídio do membro de Poder, detentor de mandato eletivo e Secretários Municipais.

De acordo com a Lei 10.331 de 2001 esta revisão geral anual deve estar autorizada na lei de diretrizes orçamentárias, com índice previsto em lei específica, além de previsão do montante da respectiva despesa e

Allana Mariele Mazaro Zarelli
e-mail: allanazarelli@yahoo.com.br
Cel: (44) 9877-0473

correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual, além de comprovação da disponibilidade financeira, compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho e por fim deve atender aos limites para a despesa com o pessoal.

II CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, obedecidos os requisitos da Lei Federal 10.331 opinando pela viabilidade, legalidade e constitucionalidade do presente anteprojeto de lei.

É o parecer, sobre o prisma estritamente jurídico, sem qualquer efeito vinculante do juízo político dessa Casa de Leis.

Itaúna do Sul, 15 de fevereiro de 2016

ALLANA MARIELE MAZARO ZARELLI

Advogada do Legislativo

OAB/PR 65.689